



Ata

18.ª Reunião de Câmara | Ordinária

06 de junho de 2022, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao sexto (6.º) dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas 16:00h, na sala de reuniões no terceiro (3.º) piso do Edifício dos Paços do Concelho realizou-se a décima oitava (18.ª) reunião de Câmara, ordinária.

Presidiu à reunião o Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
6. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
7. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
8. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
9. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes por motivos justificativos o Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves e a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, tendo sido substituídos pelas Senhoras Vereadoras, Nísia Maria Durães Martins Marques e Maria João Neno Escobar, respetivamente.



1. Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto interveio para falar sobre uma situação já abordada em novembro, sobre o estudo dos gabinetes dos membros do PS e sendo ele próprio engenheiro, oito meses era muito tempo, desconhecendo quem seria o responsável pelo pelouro. Mais salientou que não tinham nem impressora nem fotocopiadora, considerando que deviam ter pelo menos as condições mínimas e o espaço para cinco pessoas era reduzido.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, dando nota que já tinham falado numa reunião em dezembro e que não era uma questão simples, dado que não haviam espaços, especificamente na zona dos Paços do Concelho, que estivessem disponíveis para serem ocupados. Mais referiu que era obrigatório para conseguirem outras condições, reorganizar um conjunto de Serviços, nomeadamente, na Torre Lidador, para libertarem espaços e assim melhorar as condições existentes. O processo estava a ser feito, havendo um estudo da Torre e da forma como ela deveria estar organizada, até por uma questão dos serviços que cada piso prestava, melhorando a eficiência a esse nível. Mais acrescentou que depois iriam ser alocados alguns serviços que funcionavam no edifício dos Paços do Concelho para a Torre, de forma a que o edifício ficasse mais direcionado para os órgãos e menos para a componente técnica da Câmara Municipal. Mais salientou que no prazo de um mês o projeto seria apresentado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, solicitou que fosse encontrada uma solução do agrado de todos e o mais depressa possível, e que, quanto a equipamentos, pediu que tudo fosse agilizado.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, dando nota que tinha pedido na última reunião, para consultar o processo 2210/17, e a questão prendia-se com a morosidade do processo, mas se já estivesse resolvido, melhor. O seu pedido tinha sido para consultar o processo e continuava a querer.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que os Serviços iriam consultar o sistema e averiguar se o mesmo já tinha sido despachado.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, dando nota que nas reuniões de Câmara dos dias vinte e um de fevereiro, dezanove



de abril e dois de maio, tinha solicitado várias informações, nomeadamente sobre a despesa total feita relativamente ao Covid, vendas feitas pelo Fundo Maia Imo e espaços verdes (número e áreas), respetivamente. Mais referiu que até ao momento não tinha recebido nenhuma informação sobre as questões levantadas, embora já tivesse, numa das últimas reuniões, falado novamente sobre esse assunto. Mais salientou que o que a lei preconizava, era dez dias, mas nunca tinha feito questão disso, mas algumas questões já tinham ultrapassado quatro meses, o que de facto era muito. Mais entregou o pedido escrito à mão, dado que não tinham impressora e nem tinha tirado cópia, dado que não tinham fotocopiadora.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, salientou que o apoio de secretariado teria providenciado as cópias, isto se, para tal, tivesse sido solicitado.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota que não tendo autonomia sobre quem prestava o apoio administrativo, não podiam pedir que ficasse para além do horário. Assim, para atenderem pessoas, estavam a fazê-lo num hotel, onde os recebiam e se fosse preciso, também tiravam cópias, evidentemente com encargos. Mais acrescentou que na passada sexta-feira, entrou no hotel por volta das 18h00 e saiu por volta das 18h30, e tinha uma multa, aliás era algo que acontecia frequentemente, não compreendendo o porquê do fiscal em causa, aliás membro político ativo, cismar com o seu carro. Mais acrescentou que até à data, tinha pago sempre as multas, mas considerava que já chegava desses ódios políticos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago salientou que nunca tinha dado nenhuma orientação nem para multar nem para não multar e as regras tinham que ser cumpridas. Mais aconselhou o Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho a estacionar no parque da Vereação e que os munícipes deveriam ser recebidos na Câmara, que oferecia todas as condições dignas para tal ato e que, assim, não teria custos. Mais acrescentou que em relação aos espaços verdes, há cerca de dois anos, uma entidade independente elaborou um ranking no qual o município da Maia se encontrava em segundo lugar, a seguir ao município do Porto, com a maior área verde pública tratada per capita e o que o preocupava era fazer mais, e enumerou vários jardins de proximidade que iriam ser feitos, por todo o Concelho. Em relação



às despesas do Covid, iriam apresentá-las, mas o que gostaria era que o Governo ajudasse, e tal ainda não tinha sido feito. Relativamente às vendas do Fundo Maia Imo também já as tinha solicitado. Em relação ao processo 2210/17, deu nota que a Chefe de Divisão lhe tinha transmitido que era um processo antigo dos Queijos Montanhês, no limite de Nogueira com Vermoim. O projeto inicial era tudo deles, mas depois venderam ao Senhor José Silva, dono da Prediven, ficando os Queijos Montanhês donos apenas do lote cinco. Os lotes foram vendidos a outrem, e esse outrem era que estava a intervir no local. Os Queijos Montanhês deram entrada de um projeto para o lote cinco e a Chefe de Divisão iria mandar no decorrer dessa semana, para a APA e para a CCDRN a consulta ao processo que era obrigatório. Mais acrescentou que assim que tivesse mais informações, as daria e solicitou à Chefe da UAOA e Secretária da Reunião, Marisa Neves, que tomasse nota desse processo e solicitasse ao Diretor de Departamento e à Chefe de Divisão que acompanhassem, de perto, esse assunto.

2. Aprovação da ata da 15.ª reunião ordinária de 02 de maio de 2022

Depois de submetida a discussão e votação, foi a ata **aprovada por unanimidade**. O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho solicitou a audição da gravação do ponto um e do ponto catorze, propondo retificações de pormenor. Não participaram na votação as Senhoras Vereadoras, Nísia Maria Durães Martins Marques e Maria João Neno Escobar por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento

legal previsto no n.º três do artigo trinta e quatro do Código de Procedimento Administrativo.

3. Aprovação da ata da 16.ª reunião ordinária pública de 16 de maio de 2022

Depois de submetida a discussão e votação, foi a ata **aprovada por unanimidade**. Não participaram na votação a Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos e as Senhoras Vereadoras, Nísia Maria Durães Martins Marques e Maria João Neno Escobar por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no número três do artigo trinta e quatro do Código de Procedimento Administrativo.



4. Relatório sobre o Ordenamento do Território – 2020

Informação emanada da Divisão de Planeamento Territorial – registo n.º
40 633/21

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, dando nota que o assunto vinha após a consulta pública, sem participações, e a Câmara Municipal tinha cumprido o que a Lei preconizava e não podia obrigar que houvesse participações. Considerava que isso era algo que levava a uma reflexão sobre o porquê de nesse tipo de documentos que eram muito importantes, não haver participação. Mais acrescentou que se deveria estimular doutra forma, não aquela que estava tipificada na Lei. A título de exemplo referiu-se às ORU's, onde eram estabelecidos benefícios que deveriam ser divulgados, estando os promotores por dentro dos mesmos, mas os moradores/pequenos proprietários não estavam assim tanto, mas convinha que estivessem, porque os benefícios eram para aqueles que mais precisavam e não para aqueles que menos precisavam. Nessa lógica, o contributo era dizer que deviam todos fazer um pouco mais naquilo que era a divulgação das estratégias que iam ao encontro de melhores condições para aqueles que precisavam de fazer obras, conservação e melhorar as condições de vida nas suas habitações, utilizando os benefícios existentes. Mais acrescentou, relativamente ao REOT, que na última vez que esse assunto veio à Câmara, antes da participação pública, já tinham alertado sobre o desígnio desse documento, onde estavam contempladas estratégias para o Concelho e designadamente aquelas sobre as revisões dos Planos. Mais referiu que o artigo cento e oitenta e nove do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estipulava que os relatórios sobre o estado do ordenamento do território referidos nos números anteriores traduziam o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais objeto de avaliação bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão. O que tinham referido anteriormente era que esse documento que mereceria a aprovação do PS, deveria orientar melhor aquilo que seriam os princípios da revisão do Plano Diretor Municipal que estava em curso. Mais acrescentou que não fazia de uma forma explícita, salvaguardando-se que a Câmara Municipal fazia mais do que aquilo que era desejável, porque os relatórios do estado do ordenamento do território eram necessários de quatro em quatro anos e a Maia fazia com outra periodicidade, de dois



em dois anos. Não obstante ser merecedor da aprovação, entendia relembrar o que já tinham afirmado e que em sede de apresentação, reforçavam, deixando como orientação, mas verificavam com o presente Relatório que essas orientações não estavam tão evidentes tanto quanto deveriam estar, no âmbito das revisões dos Planos em curso. Mais deu nota que também se aplicava à participação das ORU's.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago, interveio, dando nota que em relação às ORU tinha havido participação e que ele próprio tinha participado em muitas das várias sessões de apresentação, esclarecimento e informação à Comunidade.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que a Câmara Municipal cumpriu com aquilo que tinha que fazer, e não podiam obrigar que os munícipes participassem, mas o que constatavam era que em seis documentos, entre ORU's e estado do ordenamento, tinha havido apenas uma participação em Vila Nova da Telha. Isso levaria a que se tivesse que repensar o procedimento de participação pública nesse tipo de documentos.

Depois de submetida a discussão e votação, foram o Relatório de análise e ponderação das participações recebidas durante o período de discussão pública e a versão final do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2020, **aprovados por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, concretamente através do disposto no n.º 3 do art.º 189.º.

5. Aprovação do Protocolo a celebrar com a Associação do Eixo Atlântico Noroeste Peninsular para a realização dos XIV Jogos do Eixo Atlântico, na Cidade da Maia e da tabela de preços a aplicar no evento

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto e Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro e pelo Senhor Vereador do Pelouro de Competitividade Económica, Relações Internacionais e Turismo, Paulo Fernando de Sousa Ramalho – registo n.º 24 145/22

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, dando nota que os preços tinham sido definidos pelo grupo de trabalho dos Jogos, sendo o normal para



esse tipo de eventos. Mais acrescentou que esse Protocolo definia que a Câmara Municipal ficava responsável pela organização de todos os jogos do Eixo Atlântico, sempre em articulação com a Comissão Executiva e com o grupo de trabalho do Desporto e o Eixo Atlântico participaria com vinte e cinco mil euros (25 000,00 euros). Mais referiu que tendo em conta a qualidade que a Câmara Municipal gostava que os eventos tivessem, os preços a praticar e a oferta hoteleira no Município, esse valor não era suficiente. Assim, a Autarquia iria suportar uma parte do valor necessário para a realização desse evento, desconhecendo para já qual o valor, dado que estava dependente das inscrições, mas numa próxima oportunidade traria as contas desses Jogos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que já tinham previsto uma verba.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro esclareceu que já tinham aprovado o valor total das despesas, faltando saber o valor das receitas, de forma a fazer o balanço final.

Depois de submetida a discussão e votação, foram a celebração de um Protocolo com a Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, para a realização dos "XIV Jogos do Eixo Atlântico" bem como a utilização da tabela de preços, com IVA incluído à taxa legal em vigor: 45,00 euros/dia para inscrição e participação de atleta, com alojamento, alimentação e serviços de lavandaria; 17,50 euros/dia para inscrição e participação de atleta, com almoço e jantar e 10,00 euros/dia para inscrição e participação de atleta, com almoço, **aprovadas por unanimidade.**

6. Adesão do Município da Maia ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto e Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro– registo n.º 24 316/22

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, dando nota que era uma organização europeia (ONG), com uma delegação em Portugal, e tratava-se de criar uma rede de Municípios que estavam empenhados em realizar atividades e programas no que dizia respeito ao acesso ao emprego e ao empreendedorismo



jovem, sendo uma rede de partilha de conhecimento e de formação dos quadros técnicos das Câmaras Municipais na área da juventude para essas temáticas. Mais acrescentou que a Maia era um dos Municípios “Amigo da Juventude” em Portugal, entre cento e cinquenta. Mais referiu que era atribuído um Selo “Amigo da Juventude” com três níveis: uma, duas, e três estrelas, e a Maia, no passado mês de maio, obteve o selo de três estrelas, com mais seis Municípios.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago agradeceu, endereçando os parabéns.

Depois de submetida a discussão e votação, foi a adesão do município da Maia ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, **aprovada por unanimidade**.

7. Nomeação da Representante da Câmara da Maia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação e Ciência, Emília de Fátima Moreira dos Santos – Registo n.º 46 952/21

Depois de submetida a discussão e votação, foi a nomeação da Técnica Superior de Serviço Social, Cristina Salomé do Nascimento Ruão, como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia, **aprovada por unanimidade, com onze votos a favor**, decorrido o escrutínio secreto, nos termos nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

8. Constituição do Conselho Municipal de Educação

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação e Ciência, Emília de Fátima Moreira dos Santos – Registo n.º 49 602/21

A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos interveio, dando nota que por imposição legal, eram obrigados a alterar a



composição do Conselho Municipal de Educação, passando a ter trinta e cinco membros. Mais realçou que embora faltasse eleger dois representantes de Agrupamentos – um do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia e outro de Pedrouços, tinham submetido à Câmara, dado que o Conselho tinha que reunir para aprovar o Plano de Transportes. Mais acrescentou que nos termos do disposto na Lei, a Câmara tinha que aprovar a constituição do Conselho Municipal de Educação e remeter depois à apreciação da Assembleia Municipal.

Depois de submetida a discussão e votação, foi a constituição do Conselho Municipal de Educação da Maia, **aprovada por maioria, com seis (6) votos a favor, e cinco (5) votos em branco**, decorrido o escrutínio secreto, nos termos dos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Mais se procedeu à retificação do quadro com a identificação dos representantes, corrigindo-se o nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, ambos na sua redação atual.

9. Proposta de isenção de pagamento de taxas devidas a título de licença de obras e de utilização do Complexo de Campos de Padel a instalar no Parque de Ciências e Tecnologia da Maia (TECMAIA), apresentada pela “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., S.A.”

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 26 800/22

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, questionando qual era o vínculo com a empresa que tinha ganho o concurso, dado que fazia referência na proposta a uma minuta do contrato, mas não estava anexado.

O Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto interveio, questionando se era a empresa referida que no ponto cinco (5) da proposta – “Sande, Bastos e Santos, Lda” – que iria fazer a exploração do espaço.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago



respondeu que sim e que a citada empresa iria construir o campo de padel, e depois geri-lo durante um determinado período de tempo. Mais esclareceu que o dono do espaço era o Município, que tinha entregue a gestão à Espaço Municipal. Em vez de serem essas duas entidades a fazerem as obras necessárias para a prática do padel, foi lançado um concurso público, que foi ganho pela empresa “Sande, Bastos e Santos, Lda”. Esta tinha dado entrada na Câmara de um projeto, e o que estava em causa nesse ponto era a isenção de taxas numa obra feita em propriedade municipal.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho salientou que seria na minuta do contrato que estaria explicitado os termos do mesmo, pelo que era importante ter acesso ao mesmo.

Foi adiada a votação do ponto.

10. Participação no Projeto Omega-X – Horizonte Europa

Informação emanada do NEDI – Núcleo de Estratégia e Desenvolvimento e Inovação – registo n.º 26 300/22

Depois de submetidas a discussão e votação, foram a decisão de participação no projeto Omega – X e a representatividade das estruturas orgânicas no projeto, através do NEDI – Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação, da DQSI – Divisão de Qualidade e Sistemas de Informação e da DEM – Divisão de Energia e Mobilidade, **ratificadas por unanimidade.**

11. Aquisição de uma parcela de terreno à Rua Serafim Alves da Cruz, destinada à ligação da Rua Joaquim de Vasconcelos à Rua Dom Afonso Henriques, na freguesia de Águas Santas

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 25 039/22

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, questionando se o proprietário tomasse a iniciativa de apresentar uma pretensão, a expropriação seria escusada.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, respondeu que o proprietário até se tinha escusado a se deslocar à Câmara Municipal.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho mais questionou se o proprietário tinha conhecimento do que aconteceria ao atravessar uma rua pelo meio do terreno, e que lhe daria capacidade construtiva para os dois lados.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que o acesso viário à Junta de Freguesia de Águas Santas era muito deficiente. No mandato anterior, tinha-se alargado a Rua Nova de Ceuta, rua essa sem passeios e foi necessário haver uma expropriação amigável, tendo-se melhorado por essa via a saída da zona.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho questionou novamente se o proprietário apresentasse uma pretensão em que cederia o terreno para fazer uma via, a Câmara já não teria que expropriar. Mais acrescentou que a Câmara Municipal gastaria cerca de setenta e cinco mil euros (75 000,00 euros) na expropriação e daria capacidade de construção.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que se estaria a pagar o justo valor da avaliação, mas essa área não seria contabilizada nem para a área do índice nem como área de cedência. Os proprietários só poderiam, quando quisessem, fazer o que a Câmara Municipal viesse a aprovar tendo em conta o que o PDM permitisse para ambos os terrenos.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho reafirmou que o que estava a dizer era que a intenção da Câmara Municipal era boa, mas estava a gerar uma contrapartida àquele que se colocava numa posição de não negociador e que seria beneficiado, dado que a Câmara expropriava, pagava o valor que fosse, e o proprietário veria o seu terreno valorizado em duas frentes.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que o terreno tinha a mesma frente, no sentido da sua profundidade e a vantagem era que ele teria uma maior acessibilidade à conta dessa rua. Mais realçou que pior era não fazer nada, não permitindo a rentabilização do excelente Centro Cívico. Mais deu nota que o terreno que ficava frente à Rua de D. Afonso Henriques



iria ser comprado pela Câmara ao abrigo do "1.º Direito" e iriam fazer um prédio de habitação para jovens.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, dando nota que era caro o m².

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago referiu que não era assim tão caro como se poderia pensar.

Depois de submetida a discussão e votação foi a Declaração de Utilidade Pública para efeitos de expropriação, **aprovada por unanimidade.**

12. Proposta de postura de trânsito na Rua Fernando Carvalho de Sá e arruamentos envolventes, na freguesia de Moreira

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 24 368/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a postura de trânsito que contemplaria a sinalização vertical e horizontal nos referidos arruamentos, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

13. Proposta de postura de trânsito na Rua Central de Cidadelha, na freguesia do Castelo da Maia

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 24 141/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a postura de trânsito onde seria implementada uma lomba redutora de velocidade e respetiva sinalização vertical no referido arruamento, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

14. Proposta de postura de trânsito na Travessa da Quintã, na freguesia de Folgosa



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 25 224/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a postura de trânsito onde seria implementada o sentido único nascente-poente, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

15. Proposta de postura de trânsito na Rua de Margarida Ferreira de Araújo Guimarães, freguesia de Pedrouços

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 22 000/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a implementação de postura de trânsito anexa por forma a ir de encontro ao solicitado e a melhorar a sinalização vertical e horizontal existente no arruamento e na área de entrada da Escola, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

16. Ratificação do Protocolo de Colaboração para o Programa Formação + Próxima

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 27 282/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a celebração do Protocolo entre o município da Maia e o Turismo de Portugal, IP, **ratificada por unanimidade**.

17. Pedido de isenção de taxas para realização de evento – Desfile Equestre – Associação Beneficente da Campa do Preto

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 16 429/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi o pedido de isenção de taxas



solicitado pela Associação Beneficente da Campa do Preto, **aprovado por unanimidade.**

18. Pedido de isenção de taxas para realização de evento – Desfile de Carros e Motas – Associação Beneficente da Campa do Preto

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 16 425/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação Beneficente da Campa do Preto, **aprovado por unanimidade.**

19. Pedido de isenção de taxas para realização de evento – 8.ª Corrida Fernanda Ribeiro – Associação Desportiva Academia Fernanda Ribeiro

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 22 551/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação Desportiva Academia Fernanda Ribeiro, **aprovado por unanimidade.**

20. Pedido de isenção de taxas de licenças para realização de evento religioso – Procissão das Velas em 31/05/2022 – Comissão Fabriqueira da Paróquia de Águas Santas

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 23 807/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Comissão Fabriqueira da Paróquia de Águas Santas, **aprovado por unanimidade.**

21. Pedido de isenção de taxas e licenças para realização de evento religioso – Procissão das Velas em 12/05/2022 – ocupação da via pública – Comissão de Fábrica da Paróquia da Maia

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 23 256/22



Depois de submetida a discussão e votação, foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Comissão da Fábrica da Paróquia da Maia, **aprovado por unanimidade**.

22. Pedido de isenção de taxas e licenças para realização de evento religioso – Procissão de Velas – condicionamento de trânsito – Comissão de Fábrica Paróquia da Maia

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 23 259/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Comissão de Fábrica da Paróquia da Maia, **aprovado por unanimidade**.

23. Lista de candidatos a Juízes Sociais para o Tribunal Judicial da Comarca do Porto – Juízo de Família e Menores da Maia, para o biénio 2022-2024

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vice-Presidente e Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 57 650/21

Depois de submetida a discussão e votação, foi a submissão à Assembleia Municipal, para votação, da lista de 31 (trinta e um) candidatos a Juízes Sociais (15 (quinze) efetivos e 16 (dezasseis) suplentes) para intervir nas causas da competência do Tribunal Judicial da Comarca do Porto – Juízo de Família e Menores da Maia, no biénio 2022-2024, **aprovada por maioria, com seis (6) votos a favor e cinco (5) votos em branco**, decorrido o escrutínio secreto, nos termos dos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, na sua redação atual.

24. Projeto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte de Táxi

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 27 139/22



Depois de submetido a discussão e votação, foi o Projeto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro, na sua redação atual.

25. Aprovação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova da Telha em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), simples

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador do Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 23 941/22

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que a Câmara Municipal cumpriu com aquilo que tinha que fazer, e não podiam obrigar que os munícipes participassem, mas o que constatavam era que em seis documentos, entre ORU's e estado do ordenamento, tinha havido apenas uma participação em Vila Nova da Telha. Isso levaria a que se tivesse que repensar o procedimento de participação pública nesse tipo de documentos.

Depois de submetido a discussão e votação, foi o projeto de “Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Nova da Telha em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples”, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro com as alterações pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

26. Aprovação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Milheirós em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), simples

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador do



Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º
24 059/22

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que a Câmara Municipal cumpriu com aquilo que tinha que fazer, e não podiam obrigar que os munícipes participassem, mas o que constatavam era que em seis documentos, entre ORU's e estado do ordenamento, tinha havido apenas uma participação em Vila Nova da Telha. Isso levaria a que se tivesse que repensar o procedimento de participação pública nesse tipo de documentos.

Depois de submetido a discussão e votação, foi o projeto de "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Milheirós em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples", **aprovado por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro com as alterações pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

27. Aprovação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de S. Pedro Fins em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), simples

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador do Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º
24 415/22

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que a Câmara Municipal cumpriu com aquilo que tinha que fazer, e não podiam obrigar que os munícipes participassem, mas o que constatavam era que em seis documentos, entre ORU's e estado do ordenamento, tinha havido apenas uma participação em Vila Nova da Telha. Isso levaria a que se tivesse que repensar o procedimento de participação pública nesse tipo de documentos.

Depois de submetido a discussão e votação, foi o projeto de "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de S. Pedro Fins em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples", **aprovado por unanimidade.**



Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro com as alterações pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

28. Aprovação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana Central de Folgosa e S. Pedro Fins em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), simples

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador do Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 24 457/22

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que a Câmara Municipal cumpriu com aquilo que tinha que fazer, e não podiam obrigar que os munícipes participassem, mas o que constataavam era que em seis documentos, entre ORU's e estado do ordenamento, tinha havido apenas uma participação em Vila Nova da Telha. Isso levaria a que se tivesse que repensar o procedimento de participação pública nesse tipo de documentos.

Depois de submetido a discussão e votação, foi o projeto de "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) Central de Folgosa e S. Pedro Fins em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples", **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro com as alterações pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

29. Aprovação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Nogueira em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), simples

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador do Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 24 564/22



O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que a Câmara Municipal cumpriu com aquilo que tinha que fazer, e não podiam obrigar que os munícipes participassem, mas o que constatavam era que em seis documentos, entre ORU's e estado do ordenamento, tinha havido apenas uma participação em Vila Nova da Telha. Isso levaria a que se tivesse que repensar o procedimento de participação pública nesse tipo de documentos.

Depois de submetido a discussão e votação, foi o projeto de “Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples”, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro com as alterações pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

30. Conceito Urbanístico de Obra de Reabilitação Urbana do município da Maia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e do Senhor Vereador do Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 25 127/22

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, questionando sobre o porquê dos benefícios fiscais enunciados no ponto dois da proposta terem que ser presentes à Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que o que está descrito no ponto um da proposta não teria que ser presente à Assembleia Municipal, dado que estava inserido nas ARU's e ORU's, enquanto que as do ponto dois, estando fora da ARU e com mais de trinta anos, teria que ser presente ao órgão deliberativo, caso a caso.

Depois de submetido a discussão e votação, foi o conceito urbanístico de obra de reabilitação urbana do município da Maia, **aprovado por unanimidade**.

31. Prémio Municipal de Arquitetura João Álvaro Rocha | Designação de jurados



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 23 391/22

Depois de submetido a discussão e votação, foi a designação de: 1 - José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues (arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto); José Manuel Santos Maia (pintor e artista plástico, com uma vasta obra artística e frutuosas ligações ao município da Maia, como curador da Bienal da Maia e de diversas exposições de artes plásticas), como jurados efetivos; 2 – Francisco José Melo da Cunha (Diretor do Departamento de Sustentabilidade Territorial do município da Maia) e Nuno Ricardo Vieira da Conceição Antunes Lopes (arquiteto, administrador da empresa municipal Espaço Municipal, E.M.), como jurados suplentes, ambos sobejamente conhecidos pelo seu trabalho no Município, **aprovada por unanimidade, com onze (11) votos a favor**, decorrido o escrutínio secreto, nos termos dos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

32. Compra e venda de 56 frações autónomas, sitas no Empreendimento dos Jardins do Sobreiro

Informação emanada da Divisão de Regulamentação, Contraordenações e Execuções Fiscais – registo n.º 26 288/22

Foi tomado conhecimento.

33. Documentos apresentados e aprovados na 2.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28/04/2022

Ofício emanado da Assembleia Municipal da Maia – registo n.º 22 743/22

Foi tomado conhecimento.

34. Deliberações tomadas na 3.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 09/05/2022

Ofício emanado da Assembleia Municipal da Maia – registo n.º 23 621/22

Foi tomado conhecimento.

35. Relatório Trimestral de Execução Orçamental, relativo ao 4.º Trimestre de 2021 – Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.



Ofício emanado pela Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia,
E.M. – registo n.º 26 396/22

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na redação atual.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 19:15h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por vinte e uma (21) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 06 de junho de 2022